

## A PARTE QUE [NÃO] FALTA NA UNIVERSIDADE

Mônica de Menezes Santos  
Universidade Federal da Bahia

Um ser incompleto – “com cara de pizza faltando um pedaço”<sup>1</sup> – vaga pelo mundo em busca daquilo que lhe falta. E, nesse vagar, por planícies, montanhas, pântanos e matagais, procurando preencher a lacuna, esse ser depara-se com situações/emoções que o mundo tem a lhe oferecer: o ardor do sol, o frescor da chuva, o álgido da neve, o aroma da flor, a leveza da borboleta, a imensidão dos oceanos, o encontro com os mais diversos seres: minhocas, besouros, outras partes (pequenas, grandes, pontudas, quadradas, escorregadias, delicadas, inadequadas). Ao passo que procura, o ser incompleto também vive aventuras, experimenta quedas, tropeços, desilusões e a alegria de existir apesar do que falta: “Oh, busco a parte que falta em mim / por terras e mares sem fim / asse o pudim, faça o quindim, / estou buscando a parte que falta em mim” (SILVERSTEIN, 2013) – ele cantava. Até que um dia encontra aquilo que procura, a parte que tem a medida certa do encaixe, a parte que lhe falta. E, ao ter colada nele aquela que seria a última peça de um quebra-cabeça – embora imaginasse que, finalmente, seria pleno, feliz – descobre que a vida é muito mais complexa do que imaginava:

Rolou para longe  
e, por estar  
completo,  
rolou mais rápido.  
Mais rápido  
Do que jamais rolara!

Tão rápido que nem podia  
parar para conversar com uma minhoca  
ou sentir o aroma de uma flor  
rápido demais para que a borboleta pousasse nele (Idem).

Ao se tornar inteiro, o ser perde a possibilidade de viver novas experiências e, por isso, opta por permanecer faltando, sempre a vagar, a viver – na travessia – por planícies, montanhas, pântanos e matagais. E talvez a melhor conclusão do livro possa ser retirada de um verso de um poema de Manuel de Barros: “A maior riqueza do homem é a sua incompletude” (BARROS, 1998).

---

<sup>1</sup> Fabrício Corsaletti no texto da quarta capa.

O certo é que este é um livro infantojuvenil, de um autor conhecido por escrever obras, embora aparentemente simples (sobretudo pela extensão – normalmente são bem curtos os seus livros – e pelas características das ilustrações – sem ornamentações), extremamente densas para as crianças. Shel Silverstein, escritor norte americano que ficou conhecido como um autor que fazia para crianças uma literatura descrita como “Whimsical”, que pode ser traduzido como algo incomum, estranho em um sentido engraçado ou incômodo. O seu primeiro livro, *A árvore generosa* (1969), foi considerado por seu editor, Willian Colle, inadequado, pois: “O problema com esse seu livro é que... não é um livro pra crianças – triste demais, e também não é para adultos – simples demais” (COLLE *apud* BELLÉ, 2014).

O comentário do editor de Silverstein reafirma uma compreensão, não rara, de que a literatura infantojuvenil deve se abster de temas tristes, densos. Mais do que isso, de que a literatura infantojuvenil deve ser simples, acessível, divertida, de estrutura e linguagem fáceis, bem diferente da literatura destinada ao adulto.

Com o objetivo de expandir as discussões acerca do que se julga adequado ou não para as crianças e adolescentes, reporto-me a outra obra infantojuvenil, uma brasileira agora, e a alguns episódios ocorridos em torno dela: *O ritual no Jardim*, romance do escritor baiano Mayrant Gallo, que foi recusado por algumas editoras, porque seus analistas consideraram ser a obra inapropriada para a faixa etária em questão, conforme nos atesta o próprio autor em depoimento enviado por e-mail:

[...] uma editora do Rio de Janeiro, e esta talvez tenha sido a melhor resposta que recebi, frisou que o livro tinha valor, mas não era uma obra destinada ao público infanto-juvenil. Uma terceira, de São Paulo, alegou que *os leitores jovens não teriam capacidade de compreender a descontinuidade dos capítulos*.<sup>2</sup>

A história – em resumo – narra as traquinagens, indagações, descobertas e tragédias na vida de três crianças, os irmãos Fifi, Bebel e Dudu, em uma Rio de Janeiro atemorizada por notícias que, pelo rádio, chegavam da Segunda Grande Guerra e desbotavam os ensolarados dias de verão daquela família de classe média. Trata-se, portanto, de um enredo simples. Todavia duas questões fizeram com que os editores considerassem ser a obra inadequada para o público infantojuvenil: alguns dos temas aludidos no livro e, ainda, o caráter fragmentário da narrativa.

---

<sup>2</sup> Depoimento de Mayrant Gallo enviado por e-mail em 06 de maio de 2011. (Grifo meu).

No que se refere aos temas, a obra aborda, de modo bastante sutil, poético e delicado, questões como morte e doença infantil, preconceito social e racial, pobreza, violência, sexualidade, guerras etc. No fragmento “Bebel revelada”, por exemplo, o tema é a descoberta da sexualidade pela personagem que tem 9 anos de idade. Eis um trecho:

Vento violento entrando, esvoaçando a leveza do quarto. Da cômoda voam papéis, vão ao chão ornatos leves. Uma revista sofre no ar sérias avarias...  
Passa a fúria inicial, descai fria brisa circulando. Circulando em torno ao corpinho nu de Bebel, que se contrai, pleno de desejos. (GALLO, 2011, p. 102)

Não obstante Freud já tenha chocado a sociedade de sua época mapeando diferentes fases da sexualidade infantil e, assim, rompendo com a imagem da criança como um ser inocente, assexuado (e depois dele tantos outros já apresentaram estudos a respeito), esse é ainda um dos temas tabus na literatura destinada à infância e à adolescência, mesmo na contemporaneidade, pois, apesar das imensas transformações nos modos de conceber a infância, desde a sua emergência até os dias atuais, existe ainda uma compreensão, por parte de alguns autores, pais e professores, de que para crianças e adolescentes não serve o que se julga feio, sujo, estranho, triste; não é permitido o conhecimento do corpo, do sexo, da morte.... Há, inclusive, “receitas” sobre o que escrever, como escrever, que linguagens utilizar e de quais assuntos tratar na produção de obras para crianças e adolescentes, conforme depoimento de Bartolomeu Campos de Queirós, reconhecido por obras que fogem aos estereótipos do gênero, o qual diz espantar-se com

[...] pessoas capazes de traçar cânones, normas, ensinando como construir um texto para os “pequenos” – muito diálogo, muita ação, frases curtas, sem esquecer o humor. Nada de tristezas. (QUEIRÓS, 1997, p. 42-43).

Ainda sobre *O ritual no jardim*, acredito que, muito mais que as temáticas, foi por conta da estrutura fragmentada e supostamente demasiado difícil da obra para crianças e adolescentes que a obra foi recusada por muitos editores. O romance é composto de pequenos contos (90 ao todo nesta edição com a qual trabalho) que, para usar as palavras do próprio autor, “[...] foram ordenados atemporal e livremente, sob a ótica da cronologia dos instintos infantis” (GALLO, 2011, p. 4). Mas, além dessa “desordem” autoral, e talvez mais por isso, o próprio leitor poderá montar e remontar a história de acordo com o seu desejo, uma vez que os fragmentos podem funcionar como peças de um mosaico, um divertido brinquedo, um

local de trabalho aberto às interferências deste que se configurará como um co-autor da narrativa: o leitor. No caso, o leitor infantojuvenil.

Foi Walter Benjamin quem nos ensinou, no seu seminal ensaio, “Livros infantis velhos e esquecidos”, que os fragmentos, os resíduos, os locais de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível, interessam especialmente às crianças, uma vez que as mesmas têm aptidão para os detritos, para as sobras. Restos de madeiras, retalhos de tecidos, pedaços de tijolos etc. atraem as crianças muito mais que os brinquedos prontos, pois, a partir desses produtos residuais, elas poderão constituir “[...] seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande”. (BENJAMIN, 2002, p. 58). Aliando-nos as proposições do filósofo alemão, não poderíamos pensar que, se as crianças têm aptidão pelos materiais residuais com os quais poderão montar seu próprio mundo, não estariam elas aptas a lidar com obras fragmentadas como a escrita por Mayrant Gallo? Não seriam elas capazes de ler, compreender, interagir e participar do jogo narrativo proposto por esse autor?

A literatura infantojuvenil é o único gênero literário designado a partir de seu leitor, tendo surgido, justamente, quando se construiu a ideia de particularidade infantil que diferencia a criança do adulto. E essa especificidade do público é determinante para a escolha da linguagem, dos temas e da forma da abordagem dos temas, pois a criança, supostamente, não experienciou os mesmos acontecimentos que os adultos, nem recebeu a mesma carga de conhecimento e, portanto, seguindo essa linha de raciocínio, não seria capaz de apreender as mesmas informações e com a mesma linguagem. Por isso, ao escrever para uma criança, um adulto necessitaria adequar seu discurso a esse “outro”. Esse empenho de adequação é o que macula muitas vezes o gênero, pois o autor corre o risco de incorrer numa postura superior, formadora, pedagógica.

O esforço de adaptação que origina o gênero é o responsável, por exemplo, pela simplificação banalizadora que marca muitas obras infantojuvenis brasileiras. Mas esse mesmo esforço pode também, na contramão, resultar na produção de obras polissêmicas, altamente metafóricas e metonímicas, nas quais o diálogo entre os diferentes (o adulto e a criança) se estabelece para além da pedagogia, da moralidade, da vontade de um adulto de formar uma criança, como é o caso, a meu ver, de *A parte que falta*, de Shel Silverstein, e *O ritual no jardim*, de Mayrant Gallo.

A simplificação banalizadora, referida acima, que assinala muitas obras infantojuvenis brasileiras, também é percebida pela estudiosa Ana Maria Clark Peres, no ensaio “Literatura infantojuvenil: para que fazer?”. Ao dar conta, ainda que sumariamente, de pesquisa realizada

por ela, na qual cotejou títulos destinados à infância e à adolescência publicados (em 1ª edição) na Argentina e no Brasil em 2007, Peres identifica nas obras brasileiras:

[...] cuidado na preparação e impressão dos originais (com destaque para ilustrações inventivas), inovação temática (apresentação de temas caros à contemporaneidade), mas ainda persistência do didatismo (via, por exemplo, livros de autoajuda ou repletos de lições de ecologia, entre outras), apelo ao “infantil”, através de uma simplificação da linguagem (textos com frases sempre curtas, em registro necessariamente coloquial, presença quase obrigatória do humor, final feliz, resolução dos conflitos, busca de harmonia etc). (PERES, 2008, p. 08.)

A estudiosa informa que no mercado brasileiro, nesses primeiros anos do século XXI, têm sido lançadas maciçamente produções destinadas à infância e à adolescência, sendo que muitas delas apresentam textos instigantes, que não pressupõem leitores incapazes, débeis. No entanto, segundo ela, isso não se dá com a maioria. Obviedades, repetições, lugares comuns e um tom falsamente maternal marcado por diminutivos são alguns dos traços de uma considerável parte da literatura infantojuvenil produzida no Brasil na atualidade. Traços estes que, certamente, deixariam Walter Benjamin indignado, se considerarmos que, para ele, “[...] a criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não infantil” (BENJAMIN, 2002, p. 57).

Essa postura pedagógica adotada pela literatura infantojuvenil, desde o seu surgimento, gerou (e ainda gera) desconfiças por parte de setores especializados da teoria e da crítica literária, dificultando sua legitimação enquanto disciplina a ser estudada nos Cursos de Letras, principalmente porque o gênero não disfarça sua suscetibilidade às interferências externas, especialmente à pedagogia e ao mercado, e – apesar das revoluções teóricas ocorridas pós 1968, com o pós-estruturalismo, o qual mudou radicalmente as formas de se entender a literatura em sua relação com o contexto e com o próprio homem e, também, a própria compreensão do que é literatura – existe ainda uma crença, por parte de muitos estudiosos da literatura, na autonomia da arte. Assim sendo, um texto, como o da literatura infantojuvenil, tão eivado por motivações e desejos externos, não seria digno de pertencer ao rol daqueles considerados belas letras.

Sobre a questão da dificuldade de legitimação dos textos literários destinados à infância e a adolescência na academia, o professor da Cardiff University, no Reino Unido, Peter Hunt, autor reconhecido de inúmeras obras teóricas, críticas e historiográficas sobre o tema, que publicou no Brasil, pela Cosac Naify, o livro *Crítica, teoria e literatura infantil*, compreende que “[...] para muitos acadêmicos a literatura infantil não é assunto” ou, melhor

dizendo, não é “[...] um assunto adequado ao estudo acadêmico” (HUNT, 2010, p. 27), e elenca alguns dos motivos para tal desconsideração, que seriam: as supostas simplicidade, efemeridade, acessibilidade e a destinação das obras a um público definido como inexperiente e imaturo. Mas é ele também que elenca alguns dos motivos para se estudar a literatura infantojuvenil na universidade, dentre os quais destaco:

- a) o fato de as obras infantojuvenis alcançarem grande influência social e educacional e de serem importantes tanto em termos políticos quanto econômicos;
- b) a questão de as obras destinadas à infância e a adolescência serem, do ponto de vista histórico, uma contribuição valiosa à história social, literária e bibliográfica e, do ponto de vista contemporâneo, vitais para a alfabetização e para a cultura;
- c) e ainda porque tais textos estão entre os mais interessantes e experimentais no uso de técnicas de multimídias, combinando palavra, imagem, forma e som.

Como professora de literatura infantojuvenil no Curso de Letras da Universidade Federal da Bahia, corroboro com os argumentos de Hunt e enumero outros a partir da minha experiência, pois tenho percebido um crescente interesse por parte dos discentes – alunos do curso de letras e de pedagogia – em se debruçarem criticamente sobre o texto literário destinado à infância e à adolescência.

A explicação para procura dos alunos consiste, a meu ver, no fato desses dois cursos serem responsáveis pela formação de professores para o ensino fundamental e médio, os quais, em sala de aula, inevitavelmente, necessitarão trabalhar, ou já trabalham, com a leitura do texto destinado à infância e à adolescência. A procura pela disciplina consiste, portanto, numa demanda, mais das vezes política, dos alunos/professores por métodos que os auxiliem no trabalho, em sala de aula, com texto literário infantojuvenil. Especialmente porque as salas de aula dos ensinos fundamental e médio podem, e devem, se configurar em palcos para o debate de questões cruciais que têm emergido no cenário brasileiro contemporâneo, tais como: os preconceitos raciais, étnicos e linguísticos, a homofobia, entre outras coisas. Temas estes que povoaram e, atualmente, ainda povoam os livros infantojuvenis. Dessa forma, para condução de tais debates, bem como para uma leitura crítica e contextualizada dessas obras, exige-se cada vez mais o envolvimento e o preparo do professor. O que reitera a necessidade de se edificar um lugar cada vez mais potente para o ensino e a pesquisa da literatura infantojuvenil no âmbito dos estudos literários acadêmicos.

Considero, ainda, que é importante estudar literatura infantojuvenil considerando o que Silviano Santiago chama de ato crítico. Para o estudioso mineiro, por conta do texto literário ter se tornado uma mercadoria “[...] o grande desafio hoje [...] é a leitura crítica das obras contemporâneas pelo viés da qualidade.” (SANTIAGO, 2004, p. 167). Qualidade pra mim, no que se refere à literatura infantojuvenil, tem a ver principalmente com o modo como essa literatura dialoga com os seus prováveis leitores: as crianças e os adolescentes. Em meio a imensa quantidade de obras de literatura infantojuvenil publicadas anualmente no Brasil urge discutir, problematizar, enfim, urge expor as motivações para o menosprezo que muitas produções impingem aos seus leitores. E, na minha concepção, é na da universidade, no lugar no qual são formados professores, que devemos engendrar esse espaço para a construção de uma pedagogia mais digna, porque, é claro, que não podemos nos furtar à pedagogia.

Além disso, também é importante estudar literatura infantojuvenil porque a mesma é literatura e, para além dos conhecimentos históricos, linguísticos, antropológicos que pode transmitir, a literatura é, como nos ensina Deleuze, um empreendimento de saúde. A leitura da *A parte que falta* ou de *O ritual no jardim* pelas crianças, por exemplo, obras que, além de serem escritas numa linguagem altamente metafórica e de não subestimarem o leitor infantojuvenil, abordam com coragem e sutileza temas essenciais para a formação da crianças, fazem as crianças experimentarem, antes de vivenciarem, a complexidade da vida, através contato com os primeiros aspectos da existência humana. Por tudo isso, essa parte, o estudo da literatura infantojuvenil, não deve faltar na Universidade.

## **Referências**

- BARROS, Manuel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BELLÉ, Junior. Era uma vez... A densidade da literatura infantil. In: *Revista da Cultura*, no 78, São Paulo/Janeiro de 2014.
- GALLO, Mayrant. O ritual no jardim. In: *Três infâncias*. Anajé: Casarão do verbo, 2011.
- HUNT, Peter. Crítica e literatura infantil. In: *Crítica, teoria e literatura infantil*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Menino temporão. In: PAULINO, Graça (org.). *O jogo do livro infantil: textos selecionados para formação de professores*. Belo Horizonte: Dimensão, 1997. p. 42-43.

SANTIAGO, Silvano. A crítica literária no jornal. In: *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. p. 157-167.

PERES, Ana Maria Clark. Literatura infanto-juvenil: para que fazer? In: *Suplemento literário de Minas Gerais*. n° 1306. Belo Horizonte, out. de 2007, Secretaria do Estado de Minas Gerais.

SILVERSTEIN, Shel. *A parte que falta*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2013. (Ilustrações do autor).